

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA O GT ALFABEIZAÇÃO E CONTINUIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO II EREJA SUL.

Izabel Cordeiro Ribas Andrade
Wagner Roberto do Amaral

O presente documento destina-se a orientar as discussões do **GT ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, deste *II Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos - EREJA SUL*, a ser realizado em Florianópolis, Santa Catarina, em novembro de 2012. Este documento apresenta os objetivos do encontro, o objeto de discussão do GT e algumas questões orientadoras.

O II EREJA SUL tem o objetivo de discutir e aprofundar a compreensão de: ***O papel dos fóruns de EJA da Região SUL na construção de políticas educacionais de EJA***, com a finalidade, de fortalecer a interferência dos fóruns de EJA no fomento das políticas de acesso, permanência e qualificação, da parcela da população que demanda a Educação de Jovens e Adultos. Assim como, estabelecer e construir estratégias que favoreçam a relação entre os delegados que têm representação nos Fóruns de EJA estaduais e a socialização de experiências, que possibilitem o aprimoramento das ações em prol da EJA na Região Sul.

Para estabelecer a discussão propomos algumas questões orientadoras que nos ajudarão a refletir sobre o papel dos Fóruns na construção de Políticas Públicas de Alfabetização e Continuidade da Escolarização na Educação de Jovens e Adultos.

- a) Em que medida os Fóruns intervêm nas políticas públicas voltadas para a Alfabetização e a continuidade da escolarização?
- b) Como ocorreu essa intervenção?
- c) O que temos de avanços?
- d) Em que precisamos avançar? Como avançar? Quem assume a tarefa? Quando?

- Em que medida os Fóruns intervêm nas políticas públicas voltadas para a Alfabetização e a continuidade da escolarização e como ocorreu esta intervenção.

Desde o primeiro ENEJA, realizado no **Rio de Janeiro, em 1999**, o objeto de discussão deste GT, esteve presente, quando os fóruns de EJA apontam para a necessidade da revisão do conceito de EJA, buscando incorporar os avanços realizados na área da alfabetização, tomando como ponto de partida uma leitura brasileira da Declaração de Hamburgo e da Agenda para o Futuro.

No II ENEJA, em 2000, na Paraíba, se propôs colocar em discussão os conceitos de alfabetização, em uma oposição forte e clara sobre as campanhas de alfabetização por entender que estas se caracterizam como uma intervenção massiva, intensa, de curta duração, com metas estabelecidas fortes componentes de mobilização e na defesa dos programas por entender estes como intervenções mais institucionalizadas, de longo prazo; afirmando que considerando a história da educação de jovens e adultos no Brasil e seus resultados, qualquer política pública para este segmento deve realizar-se por meio de programas sistêmicos.

Traz ainda uma abordagem de que enquanto o analfabeto for considerado passível de "adoção" e o analfabetismo uma "mancha a ser apagada", estaremos longe de um desenho de política conseqüente de educação de jovens e adultos, já que estes termos denotam preconceitos e remetem a estratégias de campanha e políticas compensatórias. Ainda que seja necessário atender à demanda que não encontra espaço no sistema escolar, deve-se fazê-lo sempre na perspectiva de construção de políticas públicas permanentes.

O IV ENEJA, BH, em 2002, aponta que as diretrizes que devem sustentar a EJA, devem considerar, no âmbito do poder público, a responsabilidade constitucional referente a escolarização em nível de ensino fundamental, como princípio básico do direito de todos,

trazendo para discussão os dados estatísticos oficiais que demonstram os frágeis avanços no atendimento, embora deixem ver

que o ensino fundamental completo, como direito, deixa de fora 40 milhões de pessoas e que ainda neste cenário, mantém-se, com leve decréscimo, um amplo contingente populacional de não alfabetizados, que pensados em dados absolutos representam 16 milhões de pessoas não alfabetizadas.

No VI ENEJA, RS em 2004, observa-se que muitas demandas dos Fóruns estão sendo incorporadas nas agendas políticas, no que se refere à assunção da continuidade da alfabetização. Desta forma o programa de alfabetização se amplifica, trazendo o sentido renovado da parceria e do respeito às experiências já existentes nas administrações públicas e na sociedade, e organiza-se a Comissão Nacional de Alfabetização, reconhecendo e legitimando assento ao movimento dos Fóruns como interlocutores para a discussão de políticas públicas. Os dados do IBGE ainda são assustadores em que pese o esforço articulado para a superação do analfabetismo: 16,2 milhões de analfabetos e 53,6 milhões de pessoas que não concluíram o ensino fundamental. A resposta pública na forma de programa de alfabetização ainda não garante o direito, a alfabetização deve estar articulada a continuidade da escolarização. Desta forma reforça-se a importância do acompanhamento do PBA, planejando o ingresso dos alunos nos sistemas de ensino.

O VII ENEJA em GO/2005, faz a avaliação de que as iniciativas públicas de estados e municípios frente a alfabetização e continuidade de escolarização ainda são muito tímidas diante da demanda potencial. Reconhece-se o esforço e a ampliação da oferta de alfabetização nos municípios, principalmente, assim como as iniciativas de assegurar a continuidade de estudos sem que, no entanto, uma coordenação ocorra, definindo políticas em âmbito municipal.

O VIII ENEJA em Recife/PE 2006, traz no contexto a avaliação do avanço verificado na perspectiva da continuidade que pode ser comemorada pelo reconhecimento da assunção da EJA por mais de 4000 municípios, ainda que com ofertas tímidas de matrículas, em maioria, mas resgatando a possibilidade para que jovens e adultos vivenciem processos de aprendizagem a eles negados.

Na avaliação das aprendizagens geradas pelo *Programa Brasil Alfabetizado* busca-se reafirmar e firmar proposições dos fóruns em relação a programas e projetos – *tênuas formulações políticas para consolidar um direito fragilmente conquistado*. Tempos de aprendizagem, parceiros, inserção de profissionais, bolsas e formação condicionam e amarram possibilidades pedagógicas e restringem políticas de desenho local, adequadas a jovens e adultos, limitam a autonomia dos proponentes.

A fragmentação do ensino fundamental (em primeiro e segundo segmentos) pode desresponsabilizar os sistemas quanto à oferta regular do nível de ensino, correndo o risco de que essa oferta se resuma, apenas, à etapa de alfabetização. Destaca que todo o esforço, do ponto de vista das concepções, ainda não conseguiu superar, para muitos, a visão compensatória da educação de jovens e adultos, volta a se fazer pelo limite da alfabetização na forma de “campanha”, como se caracteriza o método cubano *Yo, sí, puedo!*, aplicado como experiência piloto em três municípios do estado do Piauí, neste caso, contrariando os princípios político-pedagógicos da educação libertadora legada por Paulo Freire. Reforça que embora se fale na necessidade de continuidade do processo de aprendizagem escolar, convive-se ainda com programas dispersos que se reduzem à alfabetização, fragmentados em relação à continuidade, limitando a educação de jovens e adultos a processos de escolarização, ao mesmo tempo em que o conceito de EJA caminha para a assimilação da idéia de educação ao longo da vida, tal como defendido na V CONFITEA.

No IX ENEJA - Faxinal do Céu/PR -2007, surge a proposta de que o Programa Brasil Alfabetizado esteja articulado com a escolarização, não sendo mais uma campanha de alfabetização, que se desenvolva em fluxo contínuo garantindo as especificidades dos sujeitos e

que haja ampliação da oferta de EJA nos Estados e Municípios com acompanhamento e assistência técnica do MEC.

No GT **Políticas de Alfabetização e de Continuidade de Escolarização**, a discussão ocorreu em torno dos desafios, limites, dificuldades e avanços da alfabetização de jovens, adultos e idosos, apresentando as propostas de:

- Necessidade de articulação de políticas públicas para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em nível nacional.
- Articulação dos estados com o Ministério da Educação na busca de alternativas para avançar através do Programa Brasil Alfabetizado.
- Criação de uma rede nacional de formação para alfabetizadores a partir de experiências que estão dando certo, como, por exemplo, no Estado do Paraná.
- Pensar no Programa Brasil Alfabetizado como um fluxo contínuo e permanente de mobilização, identificação de alfabetizando através de censos em conjunto com outras Secretarias (intersetorialidade da EJA). Garantia de continuidade da escolarização oficial para os alfabetizando do Programa Brasil Alfabetizado que desejarem.
- Articular permanentemente com os FÓRUNS da economia solidária e FÓRUNS da EJA pensando num plano de ação nacional de economia solidária e alfabetização.
- Articulação com o Ministério Público e outros Ministérios na busca da construção de políticas de financiamento para alfabetização tendo em vista a necessidade de articular com outras ações sociais, (exames oftalmológicos, óculos, documentação civil, merenda, material de apoio e material escolar).

O X ENEJA ,RJ, 2008, os Fóruns continuaram questionando o formato dos Programas Brasil Alfabetizado e PROJOVEM, lembrando que não se pode prever qualidade sem que se assegure continuidade de estudos; quando se improvisam educadoras(es) sem formação apropriada; com fornecimento de bolsa insuficiente, marcada por atrasos de pagamento e de prazos que não observam necessidades impostas pela diversidade geográfica e cultural do Brasil

O XI ENEJA, Pará, 2009, aponta que a política educacional brasileira tem sido marcada muito mais pela continuidade do que pela descontinuidade, tomando por base, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) sobre o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade, identifica-se que em 10 anos, 1997-2007, o Brasil saiu de 14,7% para 10,1%, e que de 2008 para 2009 esse índice caiu 0,1%, apresentando 14 milhões de analfabetos. Nesse período, ainda, a taxa de analfabetismo funcional, na média nacional, caiu de 21,8% para 21,0%, mas se desdobramos essa análise para o espaço rural, por exemplo, vamos ter um percentual para mais de 45%. Isso evidencia um processo lento de enfrentamento a uma problemática social que requer uma política de Estado, por parte dos estados e municípios de forma urgente e estruturante. Ainda permanecem ações/experiências desenvolvidas sob a lógica da parceria "conciliatória" e no desenvolvimento de programas, em geral, pulverizando recursos e sobrepondo ações. Nesse sentido, o vasto "cardápio" de programas e projetos atuais (Programa Brasil Alfabetizado, Projovem, Proeja, entre outros) não se constituíram em uma política pública de Estado com efetividade social para reversão do cenário acima apresentado.

O XII ENEJA, Salvador/BA /2011, Na Mesa Redonda: A Política Pública de EJA: Da Sexta Conferência Internacional de Educação ao Plano Nacional de Educação (PNE 2011 a 2020), foram apresentados os dados estatísticos referente a matrículas de EJA no período de 2007 a 2010.

O debate acerca do que estes dados revelam e ainda exposição pelo MEC/SECADI, dos resultados do PBA e das mudanças na Resolução do PBA, para ciclo 2011.

- **Os avanços alcançados na Alfabetização de Jovens e Adultos**

2003 – mudança de postura do governo federal, que por meio do MEC, assume a responsabilidade de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional de alfabetização.

2004 - criação da CNAEJA , garantindo a interlocução dos Fóruns de EJA com o MEC/SECADI

2006 - a EJA contemplada no FUNDEB, embora com fator percentual menor que as demais modalidades.

2007 – Redesenho do PBA, instituição das Diretrizes Operacionais da EJA.

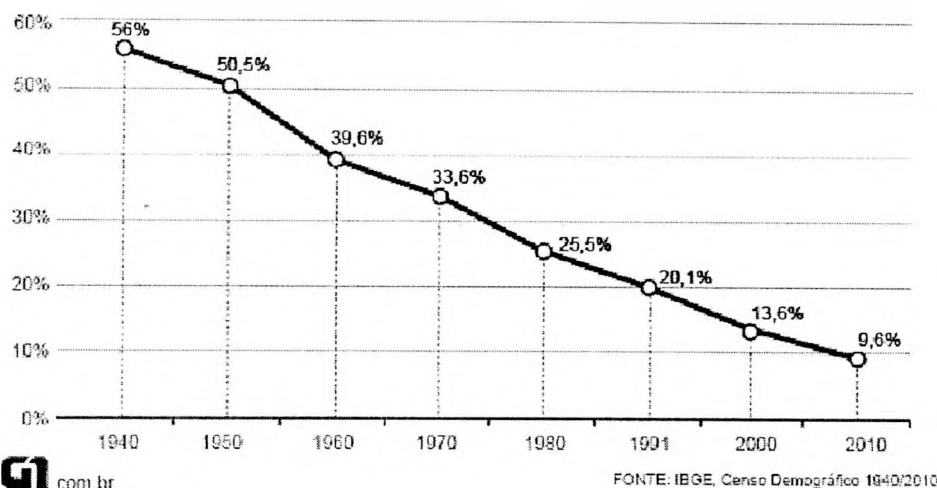
2008 – lançamento da Agenda Territorial

- **Desafios postos para a Alfabetização de Jovens e Adultos**

- Articulação da Alfabetização com a continuidade da escolarização
- Compreender a condição subjetiva das pessoas alfabetizadas pelo Programa para se autoafirmarem alfabetizadas e desejarem continuar na EJA
- Fomento à produção de materiais de apoio pedagógico sintonizados às diferentes realidades e aos diferentes segmentos, podendo ser produzidos pelos órgãos gestores municipais e estaduais
- Garantia de oferta da EJA de forma descentralizada, em locais de difícil acesso e meio rural, mobilizadas pela capilaridade do Programa Brasil Alfabetizado

Dados estatísticos de Alfabetização e Continuidade da Escolarização na Região Sul

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil - 1940/2010



A queda do analfabetismo também foi acentuada na Região Sul, tendo uma redução aproximada de 50% , da taxa verificada em 1992.

Tabela1: Taxa de Analfabetismo - Região Sul

Período	Taxa de analfabetismo
1992	10,22
1993	9,81
1995	9,11
1996	8,86
1997	8,26
1998	8,1
1999	7,76
2001	7,08
2002	6,74
2003	6,38
2004	6,29
2005	5,93
2006	5,7
2007	5,47
2008	5,45

Embora se perceba que a queda das taxas de analfabetismo tenham sido acentuadas nos últimos anos, não se manifestam no aumento do número de matrículas conforme pode se perceber nas tabelas de matrículas nos períodos de 2008 a 2011, conforme dados do MEC/INEP

Tabela2 : Taxa de analfabetismo por Estado

PARANA		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL	
ANO	TAXA DE ANALFABETISMO	ANO	TAXA DE ANALFABETISMO	ANO	TAXA DE ANALFABETISMO
1995	11,57	1995	7,39	1995	7,8
1996	11,68	1996	7,29	1996	7,19
1997	10,56	1997	6,59	1997	7,02
1998	10,41	1998	6,44	1998	6,82
1999	10,16	1999	6,78	1999	6,05
2001	8,65	2001	5,94	2001	6,25
2002	7,9	2002	5,5	2002	6,31
2003	7,83	2003	5,0	2003	5,77
2004	7,99	2004	4,8	2004	5,49
2005	7,12	2005	5,17	2005	5,22
2006	6,56	2006	5,06	2006	5,23
2007	6,59	2007	4,41	2007	4,99
2008	6,57	2008	4,41	2008	4,97
2010	5,77	2010	3,86	2010	4,24

TABELA 3 - MATRICULAS ENSINO FUNDAMENTAL: 2008

Educação de Jovens e Adultos - Presencial - Ensino Fundamental										
Matriculas na Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais do Ensino Fundamental										
	Total	1ª a 4ª Série					5ª a 8ª Série			
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal
SUL	244.826	62.114	-	11.672	49.680	762	182.712	-	127.220	49.497
PARANÁ	107.740	35.081	-	1.097	33.759	225	72.659	-	69.955	1.747
SANTA CATARINA	39.915	8.737	-	3.691	4.812	234	31.178	-	16.448	13.234
R.G. SUL	97.171	18.296	-	6.884	11.109	303	78.875	-	40.817	34.516

Tabela 5: Matrícula – Ensino Fundamental - 2009

Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental										
Unidade da Federação	Matriculas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental									
	Total	Total				Urbana				
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Sul	247.843	66	137.558	101.457	8.762	242.821	66	135.346	98.647	8.762
Paraná	92.021	-	61.396	29.638	987	91.498	-	61.166	29.345	987
Santa Catarina	56.059	-	27.229	24.593	4.237	54.950	-	26.893	23.820	4.237
R. G. do Sul	99.763	66	48.933	47.226	3.538	96.373	66	47.287	45.482	3.538

TABELA 6: MATRICULAS ENSINO FUNDAMENTAL- 2010

Matriculas: Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental por Região e Estados.										
Unidade da Federação	Matriculas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental									
	Localização / Dependência Administrativa									
	Total	Total				Urbana				
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
SUL	240.821	79	135.580	96.443	8.719	236.057	79	133.504	93.755	8.719
PARANÁ	92.859	0	65.913	26.375	571	92.320	0	65.659	26.090	571
SANTA CATARINA	50.992	61	23.505	22.446	4.980	50.084	61	23.213	21.830	4.980
R. G. DO SUL	96.970	18	46.162	47.622	3.168	93.653	18	44.632	45.835	3.168

Fonte: MEC/INEP

TABELA 7: MATRICULAS ENSINO FUNDAMENTAL: 2011

Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental - 2011										
ESTADO	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental									
	Localização / Dependência Administrativa									
	Total	Total				Urbana				
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Sul	224.095	198	124.344	89.331	10.222	219.861	198	122.280	87.161	10.222
Paraná	82.180	0	59.400	22.091	689	81.852	0	59.160	22.003	689
Santa Catarina	47.052	178	20.576	20.502	5.796	46.300	178	20.278	20.048	5.796
R. G. do Sul	94.863	20	44.368	46.738	3.737	91.709	20	42.842	45.110	3.737
Fonte: MEC/INEP										

- Cabe, aos delegados do II EREJA SUL, o desafio em apresentar propostas sobre as seguintes questões:
- Em que precisamos avançar?
- Como avançar?
- Quem assume a tarefa?
- Quando?

Referências:

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Rio de Janeiro - RJ, 1999. Relatório. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_rio_1999.pdf. Acessado em: 15/11/2012.

II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Campina Grande - PB, 2000. Relatório. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_campina_grande_2000.pdf. Acessado em: 15/11/2012.

III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. São Paulo - SP, 2001. Relatório. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2032>. Acessado em: 15/11/2012.

IV ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Belo Horizonte - MG, 2002. Relatório. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_belo_horizonte_2002.pdf. Acessado em: 15/11/2012.

V ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Cuiabá - MT, 2003. Relatório. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_cuiaba_2003.pdf. Acessado em: 15/11/2012.

VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (VI CONFITEA). **Relatório Síntese**. Belém - PA, 2009. Relatório. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/confinteavi/>. Acessado em: 15/11/2012.

VI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Porto Alegre - RS, 2004. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2033>. Acessado em: 15/11/2012.

- VII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Luziânia – GO, 2005. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2026>. Acessado em: 15/11/2012.
- VIII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Recife – PE, 2006. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2028>. Acessado em: 15/11/2012.
- IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Faxinal do Céu – PR, 2007. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2025>. Acessado em: 15/11/2012.
- X ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Rio das Ostras – RJ, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2024>. Acessado em: 15/11/2012.
- XI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Belém – PA, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Relatório%20Final.pdf>. Acessado em: 15/11/2012.
- XII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório Síntese**. Salvado – BA, 2011. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2285>